

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2022



Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022	12

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBG RG 21 (R4) – Demonstração intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “*Review of financial information performed by the independent auditor of the entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

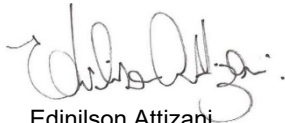
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, que é requerida pela legislação societária brasileira aplicáveis às companhias abertas e foram elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de novembro de 2022



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	14.343	16.801
Contas a receber	7	1.810	412
Tributos a recuperar	-	1.276	289
Despesas antecipadas	-	148	238
Adiantamentos	-	210	3
Total do ativo circulante		<u>17.787</u>	<u>17.743</u>
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	-	579	532
Despesas antecipadas	-	0	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	4.536	3.879
Outros ativos	-	134	134
Imobilizado	-	131	232
Intangível	8	57.645	59.382
Direito de uso	10	946	295
Total do ativo não circulante		<u>63.971</u>	<u>64.454</u>
Total do ativo		<u>81.758</u>	<u>82.197</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	-	654	55
Debêntures	9	6.546	3.131
Obrigações sociais e trabalhistas	-	870	417
Obrigações tributárias	-	237	246
Partes Relacionadas	-	8	-
Arrendamentos	10	364	118
Provisão para conserva especial	-	293	-
Outras obrigações	13	1.330	1.454
Total do passivo circulante		<u>10.302</u>	<u>5.421</u>
Passivo não circulante			
Debêntures	9	31.908	36.869
Arrendamentos	10	613	-
Provisão para contingências	11	1.349	1.108
Provisão para conserva especial	12	2.503	2.503
Total do passivo não circulante		<u>36.373</u>	<u>40.480</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	15	26.150	26.150
Reservas de Capital	-	2.618	2.618
Reservas de lucros	-	7.529	7.528
Prejuízos acumulados	-	(1.214)	-
Total do patrimônio líquido		<u>35.083</u>	<u>36.296</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>81.758</u>	<u>82.197</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	Nove meses findos em		Três meses findos em	
		Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2022	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2021	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2022	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2021
Receita líquida de serviços	16	14.060	12.003	5.440	4.277
Receita de construção	16	71	571	71	112
		14.131	12.574	5.511	4.389
Custo dos serviços prestados	17	(8.749)	(6.218)	(2.664)	(2.087)
Custo de construção	17	(71)	(568)	(71)	(112)
Lucro Bruto		5.311	5.788	2.776	2.190
Gerais e administrativas	18	(3.771)	(5.847)	(1.034)	(1.830)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	228	-	228	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro, líquido		1.769	(59)	1.970	360
Receitas Financeiras	19	1.191	383	428	181
Despesas Financeiras	19	(4.830)	(3.044)	(1.863)	(1.868)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.871)	(3.120)	535	(1.327)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	657	1.066	(161)	452
(Prejuízo) lucro líquido do período		(1.214)	(2.054)	374	(875)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2022</u>	<u>Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021</u>	<u>Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2022</u>	<u>Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2021</u>
(Prejuízo) lucro do período (1.214) (2.054) 374 (875)
Total do resultado abrangente do período (1.214) (2.054) 374 (875)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de incentivo fiscal	Reserva de recompra de ações e de investimentos	(Prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	26.150	2.618	613	1.125	7.587	-	38.093
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(2.054)	(2.054)
Em 30 de setembro de 2021	26.150	2.618	613	1.125	7.587	(2.054)	36.039
Em 31 de dezembro de 2021	26.150	2.618	613	1.125	5.790	-	36.296
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(1.214)	(1.214)
Em 30 de setembro de 2022	<u>26.150</u>	<u>2.618</u>	<u>613</u>	<u>1.125</u>	<u>5.790</u>	<u>(1.214)</u>	<u>35.082</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nove meses findos em	
	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.871)	(3.120)
Ajustes		
Margem de construção	-	(3)
Depreciação e amortização	3.214	2.900
Juros e variações monetárias, líquidas	4.634	1.342
Provisão para contingências	240	69
Provisão para conserva especial	293	228
Resultado ajustado das operações	6.510	1.416
Variação dos ativos e passivos		
Contas a receber	(1.398)	1.695
Despesas antecipadas	90	8
Tributos a recuperar	(987)	(231)
Depósitos judiciais	(47)	-
Adiantamentos	(207)	-
Outros ativos	-	(2)
Fornecedores	600	-
Obrigações tributárias	(9)	119
Obrigações sociais e trabalhistas	453	189
Outras obrigações	(124)	(92)
	4.881	3.102
Juros pagos	(4.596)	(4.242)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	285	(1.140)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Contas vinculadas	-	7.969
Adições ao intangível	(2.076)	(623)
Adições líquidas ao imobilizado	49	(79)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	(2.027)	7.267
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de financiamentos e debêntures	(1.545)	(38.875)
Partes relacionadas	8	-
Captação/Baixas de arrendamento	821	39.597
Caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(716)	722
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa	(2.458)	6.849
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	16.801	9.634
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	14.343	16.483

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2022</u>	<u>Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2021</u>
Receitas		
Receita de serviços	15.372	13.150
Receita de construção ICPC 01-R1	71	571
Perda efetiva do contas a receber	-	-
	<u>15.443</u>	<u>13.721</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(222)	(294)
Custo de construção ICPC 01-R1	(71)	(568)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(3.563)	(4.465)
Valor adicionado bruto	<u>11.587</u>	<u>8.394</u>
Depreciação e amortização	(3.214)	(2.897)
Apropriação de seguros	(201)	-
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>8.172</u>	<u>5.497</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.191	383
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros	228	-
Valor adicionado total a distribuir	<u>9.591</u>	<u>5.880</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	4.260	3.537
Remuneração direta	3.291	2.903
Benefícios	836	489
FGTS	133	145
Outros	-	-
Impostos, taxas e contribuições	1.356	1.479
Federais	589	332
Estaduais	-	-
Municipais	767	1.147
Remuneração de capitais de terceiros	5.192	2.918
Juros	4.827	2.046
Aluguéis	63	338
Outras	302	534
Remuneração de capitais próprios	(1.214)	(2.054)
Prejuízo do período	(1.214)	(2.054)
Valor adicionado distribuído	<u>9.591</u>	<u>5.880</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“Rota dos Coqueiros” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída em 15 de dezembro de 2006, que tem como objeto social, explorar, mediante concessão patrocinada, precedida de obras, o sistema viário composto pela praça de pedágio localizada no Município de Jaboatão dos Guararapes (Praça de Pedágio Barra de Jangada), pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, que interligará os Municípios de Jaboatão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho, pela via principal do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva (“Via Parque”), a extensão concedida é de 6,5 km, que se inicia na referida ponte de acesso e segue até conectar-se com a via municipal Rua Dezesete, do Cabo de Santo Agostinho, na Praia de Itapuama; e pela praça de pedágio localizada no Município de Cabo de Santo Agostinho (Praça de Pedágio Itapuama). A Companhia tem por objeto ainda a prestação do serviço público de operação e atividades de apoio necessárias ao funcionamento da referida ponte e sistema viário.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

As atividades são realizadas com base no contrato de serviço de longo prazo assim classificados:

Objeto do contrato	Prazo	Poder Concedente
Exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, pela via principal da Reserva do Paiva e pela praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho.	33 anos e 05 meses	Estado de Pernambuco

Desde 30 de abril de 2021, a Companhia é controlada diretamente pela Verona Holding e Participações Societárias S.A. (“Verona”) e indiretamente pela Monte Rodovias S.A. (“Monte Rodovias”), as quais possuem 100% de participação no capital social da Companhia.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária, que estabelece o conteúdo mínimo de uma informação contábil intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de período intermediário. Desta forma, as informações trimestrais aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das Informações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de estimativas.

Conforme permitido pela NBC TG 21(R4), a Administração optou por não divulgar novamente o detalhamento apresentado nas Notas Explicativas nº 2 (principais políticas contábeis) e nº 3 (estimativas e julgamentos contábeis críticos) das Informações contábeis anuais findas em 31 de dezembro de 2021, no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas Informações contábeis anuais mais recentes. Assim, faz-se necessário a leitura destas informações contábeis intermediárias em conjunto com as Informações contábeis anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o real (R\$).

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 08 de novembro de 2022.

2.2. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e aplicáveis às companhias abertas. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das informações contábeis intermediárias, com base na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.3. Novas normas e interpretações

No trimestre findo em 30 de setembro de 2022, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas.

3. Instrumentos financeiros

3.1. Ativos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os ativos sob a categoria do custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros (não derivativos) são com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante não circulante, considerando o prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual o Grupo se comprometera a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

3.2. Passivos financeiros

Classificação

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos e fornecedores.

Reconhecimento e mensuração

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas Controladas.

A gestão de risco realizada pela Companhia é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e dos ativos financeiros registrados no ativo não circulante.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, no saldo de mútuos a receber no qual a Companhia fica exposta à capacidade de pagamento do devedor, e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia acompanha a situação financeira dos devedores decorrentes dos direitos creditórios a receber e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

e) Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia em 30 de setembro de 2022 (valores expressos em milhares de R\$):

Instituição financeira	Taxa contratada	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures – Companhia	CDI + 3,95%	5.554	3.970	2.586	1.800

f) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), principais exposições de risco de mercado da Companhia e de suas Controladas.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a esta variável são apresentadas a seguir:

i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA.

ii) Seleção dos cenários

Em atendimento ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação (Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 01/2021), a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2022	2023	2024	2025	2026	2027
TJLP (*)	7,2%	7,1%	6,3%	5,9%	5,8%	5,8%
CDI (*)	12,4%	13,0%	10,1%	8,8%	8,2%	8,2%
IPCA (*)	5,5%	5,0%	3,5%	3,0%	3,0%	3,0%

(*) Fonte: Itaú BBA Out./2022.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	2022	2023	2024	2025	2026	2027
TJLP (*)	9,0%	8,9%	7,8%	7,4%	7,3%	7,3%
CDI (*)	15,5%	16,3%	12,6%	11,0%	10,2%	10,2%
IPCA (*)	6,9%	6,3%	4,4%	3,8%	3,8%	3,8%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2022 a 2027 das taxas apresentadas acima.

iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
Debentures – Companhia	2026	Alta do CDI	5.554	6.532	7.487

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada *versus* as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos a essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 30 de setembro de 2022.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira pode ser assim sumariado:

	Nota	30/09/2022	31/12/2021
Debêntures	9	38.455	40.000
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(14.343)	(16.801)
Dívida líquida		24.112	23.199
Total do patrimônio líquido		35.083	36.296
Total do capital próprio e de terceiros		59.195	59.495
Índice de alavancagem financeira – %		59%	61%

5. Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Nota	30/09/2022	31/12/2021
		Mensurados ao custo amortizado	
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	6	14.343	16.801
Contas a receber	7	1.810	412
Outros ativos		134	134
Total		16.287	17.347
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Debêntures	9	38.455	40.000
Fornecedores		654	55
Arrendamentos	10	976	118
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	13	1.330	1.454
Total		41.415	41.627

6. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	675	437
Aplicações financeiras (a)	13.668	16.364
Total	14.343	16.801

(a) O saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática em CDB do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia.

A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 99% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Contas a receber

	30/09/2022	31/12/2021
Meios de pagamentos eletrônicos	585	393
Vale pedágio	3	2
Demanda de risco(a)	885	-
Receitas acessórias	337	17
Total	1.810	412

(a) Valores a receber do poder concedente referente a perda de receitas de pedágio em atendimento ao estabelecido no contrato de concessão. Em dezembro de 2021 o poder concedente liquidou todas as faturas em aberto.

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Não existem expectativas de perdas nas operações de créditos do contas a receber.

8. Intangível

	30/09/2022		31/12/2021	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura				
Edifícios e instalações	10.689	(3.741)	6.948	7.154
Direito de concessão de serviços públicos	71.163	(24.922)	46.241	48.203
Hardware e equipamentos de pedágio	1.199	(523)	676	726
Desapropriações	3.662	(1.087)	2.575	2.718
Máquinas e equipamentos	392	(167)	225	232
Móveis e utensílios	27	(11)	16	14
Obras em andamento	936	-	936	309
Total	88.068	(30.451)	57.617	59.356
Outros intangíveis				
Softwares	100	(70)	29	26
Total	100	(70)	29	26
Total	88.168	(30.521)	57.645	59.382

Contrato de concessão – infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

	30/09/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	59.382
(+) Adições	2.076
(-) Baixas	-
(-) Amortizações	(2.565)
(+/-) Transferências	(1.248)
Saldo em 30 de setembro de 2022	57.645

9. Debêntures

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	30/09/2022	31/12/2021
Debêntures CDI	CRC	2027	R\$	CDI + 3,95%	38.454	40.000
Custos de captação e estruturação					-	-
Total					38.454	40.000
Passivo circulante					6.546	3.131
Passivo não circulante					31.908	36.869

Em 02 de julho de 2021, a Companhia emitiu 40.000 (quarenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como CDI + 3,95%. O prazo total é de 6 anos com amortização customizada, iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora **(a)** para o pré-pagamento e refinanciamento das seguintes operações: financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") à Emissora nos termos **(i)** do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrado entre o BNB e a Emissora em 27 de dezembro de 2007, conforme aditado de tempos em tempos, e **(ii)** do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, Prefixo e nº 44.2009.6042.1846 celebrado entre o BNB e a Emissora em 2 de dezembro de 2009, conforme aditado de tempos em termos ("Dívidas BNB"), e **(b)** para pagamento de despesas e comissões relacionadas com a Emissão de Debêntures. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são **(i)** o penhor das ações de emissão da ("Companhia"), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e **(ii)** cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da ("Companhia").

Em 12 de julho de 2022, as Debêntures emitidas da Companhia receberam o título de debêntures incentivadas, emitido pelo Ministério da Infraestrutura/Secretaria de Fomento através da Portaria no 872. (Nota Explicativa nº 23).

Cláusula restritivas ("covenants")

Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants"), as quais foram cumpridas pela Companhia em 30 de setembro de 2022.

Movimentações

Saldo em 31 de dezembro de 2021	40.000
(+) Juros incorridos	4.596
(-) Juros pagos	(4.596)
(-) Amortizações	(1.546)
Saldo em 30 de setembro de 2022	38.454

Prazos de vencimento

2022	1.586
2023	6.772
2024	7.514
2025	8.336
2026	9.249
2027 em diante	4.997
Total	38.454

10. Direito de uso e arrendamentos

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2).

O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação de cada Controlada, sendo 5,75% para a Companhia.

Os principais contratos de arrendamento referem-se a Guinchos, Varredeira, Pipa, Ambulância e Veículos Operacionais e Administrativos.

Arrendamento (Passivo)

	30/09/2022	31/12/2021
Passivo circulante	364	118
Passivo não circulante	613	-
Total	977	118

A Companhia não possui outros ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamento.

11. Provisão para contingências

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais, classificados quanto ao risco como “perdas prováveis” que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa em atendimento ao Pronunciamento CPC 25 – provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, sendo:

	30/09/2022	31/12/2021
Cíveis	1.319	1.078
Trabalhistas	30	28
Tributárias	-	2
Total	1.349	1.108

12. Provisão para conserva especial

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta saldo de R\$ 2.503 no passivo não circulante, referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o primeiro ciclo de investimentos no período de 10 anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 33 anos e cinco meses.

13. Outras obrigações

	30/09/2022	31/12/2021
Contribuição ao fundo socioambiental (a)	808	789
Outras obrigações (b)	522	665
Total	1.330	1.454

(a) Contribuição ao fundo socioambiental: Fundo criado pela Companhia, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no Edital de Concorrência, obedecendo faixas de compartilhamento, cuja utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental; e

(b) As demais obrigações correspondem em sua maior parte a adiantamento de clientes.

14. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2022	Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021
Prejuízo fiscal e base negativa	3.279	2.462
Diferenças temporárias	1.257	1.417
Ativo diferido, líquido	4.536	3.879

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro a seguir:

Período	
2022	-
2023	513
2024	850
2025	1.265
2026 em diante	651
Total	3.279

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2022	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(1.871)	(3.120)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) à alíquota de 34%	636	1.061
Adições / Exclusões permanentes	21	
Outras adições/exclusões		5
IR e CSLL corrente constituídos no período	657	1.066
Total de IR e CSLL no resultado	657	1.066

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 26.150, representado por 26.150.154 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de capital

O montante de R\$ 2.618 refere-se à cisão total do patrimônio líquido da antiga controladora indireta, composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social.

c) Reserva de incentivo fiscal

Consoante Ato Declaratório Executivo nº 113, de 22 de junho de 2012, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 0026/2012, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, constante do processo administrativo fiscal nº 10480.724052/2012-15.

Referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão Patrocinada com o Governo do Estado de Pernambuco (Contrato CGPE-001/2006), do setor de infraestrutura - transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.213/2002, com início do prazo de vigência em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 171 referente à subvenção em conta de resultado e o destinou à Reserva de Incentivos Fiscais. Em 30 de setembro de 2022, não houve movimentação nesta rubrica.

d) Reserva de compra de ações e de investimentos

A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia. Em 30 de setembro de 2022, não foi feita destinação em virtude da apuração de prejuízos.

16. Receita Líquida

	Nove meses findos em		Três meses findos em	
	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021
Receitas de pedágio	12.677	11.360	4.521	4.116
Demanda de risco	2.303	1.779	1.054	530
Receitas acessórias	411	79	389	45
Impostos e contribuição sobre serviços	(1.312)	(1.147)	(524)	(415)
Outras deduções	(19)	(68)	-	-
Receita líquida de serviços	14.060	12.003	5.440	4.276
Receita de construção	71	571	71	113
Receita líquida	14.131	12.574	5.511	4.389

17. Custos dos serviços prestados

	Nove meses findos em		Três meses findos em	
	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021
Custos de pessoal	(3.369)	(1.432)	(857)	(468)
Serviços de terceiros	(1.161)	(1.135)	(267)	(361)
Materiais, equipamentos e veículos	(167)	(155)	(35)	(54)
Gastos gerais	(626)	(403)	(178)	(141)
Provisão de conserva especial	(338)	(228)	(338)	(76)
Depreciação e amortização	(3.088)	(2.865)	(990)	(986)
Custos dos serviços prestados	(8.749)	(6.218)	(2.665)	(2.086)
Custos de construção	(71)	(568)	(71)	(113)
Total	(8.820)	(6.786)	(2.736)	(2.199)

18. Despesas gerais e administrativas

	Nove meses findos em		Três meses findos em	
	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021
Despesas de pessoal	(1.569)	(2.105)	(510)	(847)
Serviços de terceiros	(1.128)	(2.986)	(290)	(691)
Materiais, equipamentos e veículos	(102)	(164)	(30)	(44)
Gastos gerais	(846)	(560)	(170)	(237)
Depreciação e amortização	(126)	(32)	(34)	(11)
Total	(3.771)	(5.847)	(1.034)	(1.830)

19. Resultado financeiro, líquido

	Nove meses findos em		Três meses findos em	
	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021
Descontos obtidos	2	-	1	-
Rendimentos de aplicação financeira	1.191	381	395	180
Atualização monetária ativa	40	-	40	-
Outras receitas financeiras	(42)	2	(8)	1
Receitas financeiras	1.191	383	428	181
Juros de empréstimos e financiamentos	-	(2.030)	-	(473)
Juros de debentures	(4.596)	-	(1.692)	-
Juros de contratos de arrendamento	(38)	(11)	(12)	(4)
Outras despesas financeiras	(196)	(1.403)	(159)	(1.391)
Despesas financeiras	(4.830)	(3.444)	(1.863)	(1.868)
Resultado financeiro, líquido	(3.639)	(3.061)	(1.435)	(1.687)

20. Resultado por ação

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

	30/09/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(1.214)	(1.797)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	26.150	26.150
Prejuízo por ação – Em Reais	(46)	(69)

21. Contratos

Contrato de concessão

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 5 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

22. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás.

A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro a seguir:

Modalidade	Riscos operacionais	Responsabilidade civil geral	Responsabilidade civil – D&O	Seguro garantia	Veículos
Vigência					
Companhia	dezembro-22	dezembro-22	agosto-23	agosto-25	dezembro-22
Cobertura					
Companhia	100.000	40.000	40.000	679	1.000

23. Eventos Subsequentes

Debêntures incentivadas – CRC

Em 25 outubro de 2022, a Companhia emitiu 60.000 (sessenta mil) debentures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real.

A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,87%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para: (i) o reembolso de gastos e despesas, e pré-pagamento da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, da Emissora, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.”, celebrado em 2 de julho de 2021 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas de referida emissão (“Primeira Emissão de Debêntures”);

(ii) a realização de investimentos futuros em obras civis, bem como de aquisição e melhorias e equipamentos necessários para o cumprimento do “Programa de Exploração Rodoviária – PER”.

* * *